

OS INVENTÁRIOS E SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA FRENTE À MEMÓRIA E A CULTURA MATERIAL (CAJAZEIRAS, PB – 1876-1930)²³³

JOSEFA JAKELINE ALVES OLIVEIRA
UFMG/CFP
Jakeline0922oliveira@gamil.com

RESUMO

Este trabalho é fruto da participação no projeto de pesquisa “Inventariando memórias, compartilhando experiências: cultura material e redes familiares na recém-emancipada cidade de Cajazeiras, PB (1976-1930)” e baseia-se na análise de inventários *post-mortem* desta cidade com o objetivo de conhecer a sua cultura material, os hábitos de consumo e as relações sociais e familiares presentes nessa documentação. Entendendo que uma cidade não se constitui apenas por seu traçado urbanístico, mas sobretudo, pelas relações que se estabelecem nela, Cajazeiras ganha outros contornos nessa documentação. Todo elemento, seja este cultural, material, tradicional, etc., pode conter indícios que em conjunto revelam o aparato por trás da sua constituição e que possivelmente permanecem até os dias de hoje.

Palavras-chaves: Fonte Documental; Inventários *post-mortem*; Cultura Material.

Ao início da nossa trajetória, muitas eram as dúvidas em relação ao objeto de pesquisa, sobre que determinado fato analisar e sobre o que essa fonte disponibilizaria. Com o desenrolar dos trabalhos e com discussões que refletiam sobre sua origem, produção e tipo de informações presentes, foi então possível entender a dinâmica presente nessa documentação.

Os inventários são produzidos após a morte do inventariado, sendo um documento produzido em conformidade com a lei e oficializado pelo juiz, no qual os bens são registrados e distribuídos entre os herdeiros após pagas as suas dívidas. Estes contêm ricas informações sobre a vida material, a religiosidade, a escravidão, a composição familiar (idade, estado civil, filhos órfãos, filhos legítimos e ilegítimos), etc.

Cada inventário tem sua particularidade, uma vez que, não se repetem, são documentos exclusivos que nos permite conhecer inclusive a composição das camadas

²³³ O presente trabalho está sendo desenvolvido sob a orientação da professora Dr.(a) Viviane Gomes de Ceballos e minha participação no projeto após a aprovação do mesmo pelo PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

sociais alta, média e baixa (negociantes, fazendeiros, agricultores, advogados, oficiais a cargo do Estado, médicos) a partir das referências quanto às atuações profissionais e do valor final do monte-mor (o valor total de todos os bens deixados). São fontes que podem fornecer detalhes minuciosos da vida cotidiana, de detalhes que envolvem uma convivência em um meio familiar, como também o profissional. É uma viagem através de palavras que narram uma vivência construída durante toda uma vida e após a morte é retomada através das descrições materiais.

“É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de mineração e sobretudo a mão de obra.”
(MAGALHÃES, 1989, p.31)

A partir da Escola dos Annales com a reformulação de uma História narrativa e factual e a opção por uma História problema, os inventários apresentaram-se como fontes capazes de revelar grandes nomes, mas que, também permitiam conhecer as massas anônimas, pois continham um caráter massivo e serial importante para a construção histórica local. Teixeira afirma que “... o conjunto dos inventários possibilita uma análise social mais ampla” (2012, p.65), porque é uma documentação que ao referenciar uma parte da sociedade, ao mesmo tempo faz lembrar daqueles que ela não menciona, permitindo uma análise de um grupo mais amplo partindo das individualidades de cada inventário.

A metodologia utilizada nessa pesquisa deu-se através da digitalização dos processos seguida pela leitura dos mesmos e coleta de informações em uma ficha pronta denominada de “Ficha de Exploração de Inventário”. A elaboração dessa ficha foi baseada nas fichas utilizadas por Teixeira (2012) alterada para atender às especificidades dos processos a que tivemos acesso. As descrições dos bens são realizadas por categorias como: Pertences e utensílios domésticos; Mobiliário; Dinheiro; Jóias; Mercadorias; Equipamentos; Instrumentos profissionais; Animais; Escravos e Bens de Raiz; Dívida Ativa e Passiva; Herdeiros; Monte-Mor e Partilhas. Em cada uma dessas categorias existem as subdivisões, que são: a origem, idade, estado, profissão (escravos), nome e descrição do bem, valor, localização, quantidade, valor unitário, valor total, nome de credores e devedores e o valor de suas dívidas. Além disso, a mesma ficha está sujeita a alterações à medida que novas informações aparecerem e assim não passem despercebidas. Esse registro das informações constantes em cada processo facilitará o levantamento dos bens inventariados e seus respectivos donos.

A discussão (em grupo) de bibliografias propostas teve a finalidade de permitir um maior número de informações e reflexões importantes sobre a documentação da qual utilizamos.

A enorme quantidade de informações faz desses documentos, valiosos testemunhos de uma época passada, sendo para o historiador ricas fontes de pesquisa. Segundo Furtado (2009) por serem fontes documentais, merecem cuidados nos momentos de pesquisa, pois o fato de serem oficializados não garante a seguridade ou a imparcialidade das informações, podendo existir informações distorcidas e a diminuição de dados registrados. Existe ainda a possibilidade de que durante o momento de sua produção as descrições e atribuições de valores fossem feitas sem a verificação direta com os bens, apenas confiava a uma pessoa essa responsabilidade e, portanto, não haveria o que contestar porque ao nomear os avaliadores, os mesmos realizavam juramentos no qual se comprometiam a uma avaliação de acordo com a lei sem nenhuma fraude e ao final haveria a consolidação do processo por parte do juiz. Outro fator importante é a condição de analfabetismo por parte da família do inventariado principalmente de seus representantes no processo, como é o caso de um inventário iniciado em 09 de julho de 1880 em que o filho Justino Alves da Silva que não sabia escrever, era o inventariante de seus pais Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição. Com o passar do tempo apenas os bens de maior valor do patrimônio eram inventariados, o que de certa forma resultou na omissão de muitos elementos materiais, talvez até mesmo bens que economicamente não apresentavam valor algum, mas que sentimentalmente representasse mais que apenas um bem, como por exemplo, algo que representasse uma herança presente há anos na mesma família. Os valores muito altos ou muitos baixos em comparação a outros de mesma época nos leva a pensar sobre os interesses que envolvem um inventário no momento de sua produção; assim como as interferências que sobre eles incidem, o que é perceptível na documentação, uma vez que, na maioria das vezes são designados os mesmos avaliadores ou até mesmo parentes e vizinhos da família, abrindo margem ao favorecimento ou não da família, inclusive disputas entre os herdeiros no momento da partilha.

Também é necessário que o historiador possua conhecimento das leis da época de elaboração dos inventários, uma vez que, os mesmos são redigidos por leis específicas. Furtado (2009) destaca a relação dos inventários com as *Ordenações Filipinas* principalmente com relação às divisões da herança, ao pagar as dívidas, às

despesas do inventário, a parte que cabe à viúva e aos herdeiros²³⁴. Vale ressaltar que, eram documentos produzidos apenas por uma parcela da sociedade e que poderiam ser produzidos de forma privada, o que diminui a quantidade desse tipo de fonte disponível em acervos públicos²³⁵.

É preciso que o historiador esteja atento a mudanças a longo e médio prazo no formato dessa fonte, ou até mesmo mudanças na mentalidade social podem ser incluídas, pois, como já discutido acima, esses fatores (interesses e privilégios pessoais) interferem diretamente na redução e conseqüentemente na análise das informações. Por isso o cuidado no trabalho com a mesma, sobretudo com a ideia de generalização. Cada inventário é único, também há a possibilidade de inventários fidedignos em sua produção e informações e que podem apresentar apenas os elementos que para aquele momento eram consideráveis economicamente. Com isso é possível entender as mudanças na mentalidade social, pois é no quadro social que essas mudanças e interesses são construídos.

Magalhães (1989) também explicita que essa é uma documentação que exige cuidado em seu trato, sobretudo quando ela coloca em suspense os elementos contábeis de inventários por ela analisados, principalmente com relação ao baixo preço de alguns bens observados, fato também observado por Teixeira (2012). A possibilidade de alteração de informações, que gerem (des)valorização, ou que privilegie alguns em detrimento de outros, são pontos-chaves retratados por aqueles que já trabalharam e que talvez ainda trabalhem com essa documentação.

Uma das dificuldades em se trabalhar com essas fontes, e talvez a maior, é o seu estado de conservação; a fragmentação do acervo e a ausência dos mesmos. É um material que, como toda fonte, merece cuidados ao serem manuseados, cuidados de conservação e meios de pesquisas como a sua digitalização em um banco de dados virtual. É partindo dessa dificuldade, que a pesquisa tem como parte inicial, a digitalização do acervo dos inventários *post-mortem* datados entre os anos de 1876 e 1930, pertencentes ao arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior em Cajazeiras, PB. Vale destacar que fora encontrado um volume considerável de documentos a mais que o

²³⁴ O período mencionado nessa pesquisa corresponde ao final do século XIX, portanto processos cíveis como é o caso dos inventários a serem analisados encontram-se dentro dos padrões de elaboração correspondentes as *Ordenações Filipinas*.

²³⁵ Além da realização de Inventários *post-mortem* no meio judicial, existiam aqueles que por acordo familiar eram realizados de maneira privada, então, feitos o levantamento dos bens e conseqüente a partilha sem nenhuma ligação com o meio judicial, é impossível o acesso a essa documentação, uma vez que, caso tenha sido realizado por escrito, certamente permaneceu na família.

esperado. Além da análise dessa documentação, nosso objetivo também é assegurar a existência dessas fontes e assim, garantir o acesso para outras pesquisas.

Várias são as dificuldades e os limites dessa documentação, contudo, há várias possibilidades de trabalho com os inventários. Uma delas é por meio da análise serial, quantitativa, utilizada por Teixeira (2012) e que mesmo assim, não excluiu a possibilidade de estabelecer relações entre as informações e perceber os jogos de interesse que ali apareciam. Como exemplo, ele analisou que os títulos de Dona para as mulheres, coronel, capitães, tenentes, etc., eram mais frequentes que a ocupação como ajudante e carpinteiro que raramente eram descritas no período analisado. A possibilidade da grande quantidade de casamentos estar ligada diretamente à influência religiosa, à hierarquia social, às diversas naturalidades que compõem a população de determinada cidade; e com isso perceber a relação da imigração com as atividades comerciais que estavam em alta; os laços de amizade que envolviam principalmente as dívidas e despesas; número estimável de filhos para a época; localização entre rural e urbano; atividades agrícolas em destaque; fragmentação da herança, terras e escravos, etc. Vemos, portanto, que os inventários *post-mortem* dispõem de uma pluralidade de informações e de uma diversidade de meios a se trabalhar com eles.

Mesmo diante da visibilidade da existência de Hierarquia social em toda sociedade, Magalhães trata a possibilidade de compreender a composição das camadas sociais locais, utilizando-se das descrições quanto à quantidade de bens e as atuações profissionais de cada inventariado, fazendo um levantamento dos bens em conjunto com os títulos de cidadãos. Compreendendo, assim, o lugar social que estes ocupavam.

Em um caso analisado por Magalhães (1989), percebeu-se que mesmo o senhor possuindo plantações (que não eram boas) e cinco catas (escavação para mineração) essa última em sociedade - sua principal fonte de riqueza eram os escravos e o preço destes eram muito volúveis, pois nem sempre a idade era o critério de avaliação econômica, além da idade poderiam ser considerados: o sexo, estado, origem, saúde e filho pequeno ainda com a mãe. Isso significa que, apesar das atividades econômicas exercidas e de outros bens em posse do senhor, para a época, era a posse de muitos escravos que lhe garantia poder econômico. O senhor possuía pouca mobília, sendo estas tão simples quando comparadas com o seu vestuário requintado, e então porque o cuidado com a aparência? Talvez porque isso significasse que ele pertencia a um lugar no qual esse era o padrão esperado de um senhor com tais posses. O baixo valor das catas e de um terreno (este último que fora avaliado por antigos vizinhos), e a

propriedade - sociedade que continuava coletiva (herdeiras e credores - sócios), e de 59 escravos (a principal riqueza) que resultou no benefício dos sócios com 32 escravos, mais da metade do número destes, enquanto que apenas 27 escravos foram divididos entre as duas herdeiras, geram indagações que são inevitáveis diante dos interesses e benefícios de terceiros. Todas essas informações levam a pensar sobre os interesses e manipulações que envolvem um inventário no momento de sua produção. Esse fator não deve ser entendido como desestimulador a um trabalho que a utiliza, e sim como algo que não deixa de ser outra possibilidade de pesquisa, um desafio a ser enfrentado pelo historiador.

Teixeira (2012) também menciona outra alternativa de análise, pois os inventários podem conter informações do período colonial, já que, foi durante esse período que estes começaram a ser produzidos no Brasil. Através da análise desse material é possível entender a lógica de funcionamento de determinadas sociedades (bens materiais e status) relações e bens significativos também de acordo com o período. Os inventários podem conter essas informações por serem uma documentação detalhista e podem ser comparadas com períodos diferentes, encontrando-se as transformações que se seguem com o passar do tempo.

Podem revelar inclusive os anseios que permeiam as partilhas de uma herança, por que a mesma só segue adiante se ambos os herdeiros concordarem e mesmo concordando existem autos que pedem uma nova repartição devido à insatisfação com as partilhas mesmo depois de feitas. É o caso de um processo de 1877 encontrado na documentação que analisamos, em que pedia a acção de nullidade de um inventário do qual ocorrera a insatisfação dos herdeiros com relação à partilha, principalmente com relação a um escravo que permanecera em poder da viúva, os quais moveram uma acção contra sua mãe D. Jusepha Maria do Carmo e seu novo companheiro José Pereira²³⁶. Os herdeiros representados por José Martins da Fonseca Moraes requeriam uma nova repartição dos bens adquiridos e deixados por seu pai o finado Antonio Leite da Fonseca.

Talvez possamos pensar que os inventários só permitirão falar sobre uma parte da sociedade devido às condições necessárias a sua produção (possuir bens suficientes a cobrir as despesas e dívidas), mas além destes, esse detalhe abre espaço para a minoria, “E já que ela é a história dos grandes números e da maioria dos homens, é em primeiro

²³⁶ As palavras “acção e nullidade” e o nome “Jusepha” foram escritos nesse trabalho da mesma forma na qual se encontravam escritas na documentação.

lugar o explorado que ela coloca em primeiro plano” (PESEZ, 1990, p. 211), permitindo entender e discutir as questões e desigualdades sociais e as representações do campo econômico e social.

O movimento Iluminista desencadeou uma série de transformações e revoluções que promoveram o surgimento da História Moderna. Esse movimento requeria ao mesmo tempo uma revolução epistemológica para que repensasse seus conceitos e é nesse ponto que a Filologia (estudos científicos de línguas), que o estudo objetivo das línguas tornou-se indispensável, já que,

“... a História se faz com documentos e que os devemos conhecer muito bem. Precisamos diferenciar documentos falsos de verdadeiros e isso só é possível com um conhecimento aprofundado da língua utilizada” (FUNARI, 2008, p. 83)

Por meio da Filologia é então possível identificar a veracidade dos documentos através do estudo e conhecimento sobre a língua utilizada, é uma maneira de conhecermos bem a documentação. Mas, além disso, é necessário que toda análise ou reflexão sobre determinado momento histórico deva ser levado em consideração de acordo com o seu lugar, tempo, espaço e contexto em que ocorrerá.

O conceito de “documentos” estendeu-se para além dos propriamente escritos e apenas oficializados pelo Estado. A cultura material passou a ter relevância como fontes historiográficas, permitindo, “... disponibilizar fontes escritas sobre o passado e de *complementar* as informações existentes com evidências materiais sem escrita.” (FUNARI, 2008 p. 84). O material é também um documento, uma fonte que carrega em si, indícios sobre algo que possivelmente o escrito mesmo oficializado não dispõe, ou até mesmo omite. A partir de análises feitas sobre a cultura material, Funari (2008) menciona que através de vestígios materiais, foram encontrados indícios de conflitos e resistência a exemplos de índios e escravos, fato este, que muitos pesquisadores por muito tempo negaram ou simplesmente os escritos omitiam esse tipo de informação, pois,

“Não que os documentos não se refiram à resistência, mas o fazem a partir de um ponto de vista do grupo dominante, o que muitas vezes pode induzir o historiador a considerar o comportamento dos subalternos como desviantes, desrespeitosos das normas sociais que deveriam ser aceitas e compartilhadas.” (FUNARI, 2008 p.103)

Mesmo havendo diferenças e contradições entre as fontes, ambas se complementam, ele não afirma que a evidência material é mais importante ou dispõe de

mais informações que a evidência escrita, mas que a mesma também deve ser considerada. Não é questão de hierarquização das fontes, mas de complementação das mesmas.

A cultura material impulsionou o surgimento de novas correntes historiográficas, como a exemplo o Materialismo Histórico, que se desenvolveu devido às multiplicidades e condições materiais do cotidiano. Então a História passou de relato à interpretação das fontes. Funari define cultura material como, “... tudo que é feito ou utilizado pelo homem.” (2008, p.85). Apesar de serem fontes históricas, é preciso usar ferramentas interpretativas que orientem sua análise, afinal é uma história que deve ser construída baseada na veracidade dos fatos e dos meios utilizados nas interpretações sobre as fontes materiais. É necessário conhecer obras que trabalham a respeito desse tipo de documentação, pois quanto mais informações possíveis, melhor será o resultado do trabalho com essa mesma fonte.

Deve-se estar atento e tomar cuidado com a metodologia utilizada. Para Funari (2008), uma analogia etnográfica permite através de seu estudo descritivo conhecer aspectos sociais e culturais.

Objetos da Antiguidade foram as primeiras fontes arqueológicas, ao contrário do que muitos pensam, as fontes arqueológicas são importantes não apenas para historiadores da Antiguidade como também para a História Moderna, “A especificidade de cada contexto histórico pode ser revelada pelo historiador que se vale de fontes arqueológicas” (FUNARI, 2008, p.99), pois literalmente é uma parte daquele momento, é uma informação privilegiada, pois não é algo descrito com palavras, mas que simplesmente fez parte daquele momento e que o vemos não pela imaginação, e sim, tal como era.

A cultura material também apresenta preocupações que são indispensáveis a essa discussão. Rede (1998) aponta duas preocupações: a primeira é a própria constituição social e sua relação com a construção da cultura material; a segunda é como aplicar uma metodologia que permita a cultura material fazer parte do processo historiográfico explorando suas potencialidades.

Falar sobre cultura material não significa que durante os trabalhos historiográficos, esses elementos serão estudados isoladamente, mas que, serão contextualizados com outras fontes, ajudando no desenvolvimento, veracidade e justificativa de pesquisas, dando margem inclusive a dinâmica social. É justamente partindo da contextualização, que a cultura movida por interações individuais e

coletivas com o meio, fazem com que o material, fruto da cultura, seja passível de historicidade.

Em seu artigo, “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material, Rede analisa a maneira como alguns estudiosos se posicionam com relação a ligação existente entre o material e a cultura, pois para a maioria, são fatos isolados e que portanto devem ser analisados da mesma forma, para ele, isso gera “... o esvaziamento da historicidade da noção de cultura.”(1998, p. 268), pois ambas são construídos e remodelados pelo meio social. Portanto o isolamento destas durante as análises é uma ação imprópria. Ele vai além desse pensamento e defende a idéia de que, “... a cultura material, a um só tempo, parte do fenômeno histórico e fonte documental para sua compreensão” (1998, p. 266). O material e a cultura estão intrinsecamente ligados e dependentes são como uma espécie de máquina que ao mesmo tempo produz e consome seu próprio produto, sendo assim, não há motivos para uma análise do material isolado do aspecto cultural que o envolve. Mesmo assim, a persistência em analisar o material isolado da cultura, gera limitações.

“... as posições sobre as relações entre o universo material e a cultura definirão, de algum modo, os limites das propostas de estudo e as formas de mobilização dos elementos físicos na compreensão dos fenômenos históricos.” (REDE, 1998, p. 267).

Apesar de alguns estudiosos reconhecerem a cultura material como fonte documental, ainda existe grande insistência em se deter apenas a fontes escritas, por esta ser a tradicional e a mais aceita, os quais se permitem estudar fontes não escritas apenas na ausência ou minoria dos escritos.

O que os Inventários *post-mortem* têm a ver com Cultura Material se esses são documentos escritos? Apesar de serem documentos escritos, eles estão ligados sim, pois eles descrevem os bens materiais, registram cores, formatos, material (de fabricação), estado de conservação, valores econômicos, localização, residência, etc.

“Os inventários descrevem o patrimônio de um indivíduo e, por isso, são de natureza predominantemente econômica, sendo ricos testemunhos da cultura material de uma sociedade.” (FURTADO, 2009, p.105)

O processo de construção de cidades é movido e mesclado pelos aspectos políticos, sociais e religiosos, que unidos promovem grandes transformações, confirmando o fato de que as cidades não são um produto finalizado, e sim, um ambiente em constante transformação, impulsionado pelos anseios e desejos dos cidadãos que nela habita.

Mediante essas transformações novos valores são construídos e a cultura acaba sendo remodelada, refletindo até mesmo nas construções de prédios da cidade, o que confirma a chegada do urbanismo e da modernização na projeção das cidades bem organizadas, que promovem o bem estar e o convívio social mais agradável.

O urbanismo e a modernização estão presentes na sociedade atuando de maneira significativa, que mediante os marcos, avanços e descobertas, promoveram a criação de signos que se perpetuam ao longo dos anos na memória dos cidadãos. Esses signos representam a transformação, o progresso, o novo, tudo que passou a ser o melhor para a cidade e seus moradores.

São documentos que acompanham as transformações no espaço e por isso podem revelar informações a mais que o esperado, como também de situações quanto à obtenção de bens, pois é descrito quando o mesmo é herdado ou comprado, situação também encontrada no respectivo inventário de 1880, já mencionado.

Portanto, os inventários oferecem imensas possibilidades de reflexões sobre o quadro social. Eles carregam em si perspectivas e interesses de cada grupo familiar, ao descreverem elementos materiais de determinadas épocas é como sabermos exatamente o que era a tendência presente na sociedade em cada momento. São valiosas fontes de informações “... ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava” (FURTADO, 2009, p. 115), pois neles são descritos tudo o que estava em volta do inventariado.

Mesmo diante da riqueza de informações, é necessário cuidado na escolha da metodologia a ser utilizada, de modo que, a mesma seja passível em corresponder as questões que pairarão sobre eles.

O descaso recorrente com a não preservação na maioria das vezes de todo e qualquer tipo de documentação deve ser plausível de medidas que favoreçam a sua existência, pois são vestígios de uma realidade detentora de elementos e aspectos históricos que, nos permitem entender inclusive os valores e práticas sociais que estão a nossa volta.

FONTES:

Inventários *post-mortem* pertencentes ao arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior Comarca de Cajazeiras, datados entre os anos de 1876 e 1930.

Ref. Ano / Inventariado / Cônjuge e Inventariante:

01. (1877) Antonio Leite da Fonseca, D. Jusepha Maria do Carmo.

Ref. Ano / Inventariados / Inventariante:

02. (1880) Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição, Justino Alves da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Marshall. Introdução: modernidade – ontem, hoje e amanhã. In: **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp. 15-36.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. pp: 83-110.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009 . pp. 93-118.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. INVENTÁRIOS E SEQÜESTROS: FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL. **Revista do Departamento de História**. 9 (1989) : pp 31-45.

MOTA, Antonia da Silva. Aspectos da Cultura Material nos Inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX. **Actas do congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/antonia_silva_mota.pdf acessado em: 05 de outubro de 2017.

PESSEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. pp. 180-215.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**. São Paulo. N. Sér. v.41996. pp. 265-282.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade** – Ano V - n.8 - Barbacena-janeiro/junho 2012. pp.63-83.